

ASSOCIAÇÃO CIVIL PRÓ-SAÚDE DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA CNPJ - MF nº 73.565.319/0001-38

BALANCO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

ATIVO			PASSIVO			(em Reais)		
	2018	2017		2018	2017		2018	2017
CIRCULANTE	3.532.172	2.688.573	CIRCULANTE	933.879	912.089	CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS	7.526.768	7.347.036
Disponível	246.206	227.914	Provisão Contraprestação não Ganha	190.484	193.623	Eventos Conhecidos de Assistência Médica	(5.774.606)	(4.982.456)
Aplicações Garantidoras	755.415	718.611	Provisão de Eventos a Liquidar	42.038	46.023	Provisões Técnicas	(15.084)	(72.910)
Aplicações Livres	2.251.253	1.414.226	Provisão Eventos Ocorridos e não Avisados	639.775	624.692	SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO	1.737.078	2.291.670
Crédito Operações de Saúde	279.297	322.967	Demais Obrigações a Pagar	61.582	47.752			
Bens e Títulos a Receber	0,00	4.856				(Despesas) Receitas Operacionais	(935.863)	(904.937)
NÃO CIRCULANTE	314.109	334.704				Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19.357)	(7.266)
Investimentos	23.503	21.571	PATRIMONIO SOCIAL	2.912.403	2.111.188	Administrativas (1.065.945) (1.0		(1.004.455)
Imobilizado	290.607	313.133	Patrimônio Social	2.111.187	724.455	Resultado Financeiro	146.867	103.834
Intangível	0,00	0,00	Superávit (Déficit) a Disposição AGO	801.215	1.386.733	Resultado Patrimonial	2.572	2.950
TOTAL DO ATIVO	3.846.281	3.023.277	TOTAL DO PASSIVO	3.846.281	3.023.277	SUPERÁVIT(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	801.215	1.386.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Civil PRÓ-SAÚDE dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa é uma associação de natureza civil, sem fins lucrativos, tendo como finalidade auxiliar sob a forma de ressarcimento a cobertura das despesas médico-hospitalar-medicamentos e laboratorial havidas com doenças dos associados.

NOTA 02 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas previstas na Legislação pertinente e normas da ANS.

NOTA 03 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1) - Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários são reconhecidos mediante atualização monetária de ativos e passivos indexados, com contrapartida em receitas e despesas financeiras a título de variação monetária.

3.2) - Crédito de Operações de Saúde a Receber

Saldo de operações de saúde vencíveis até 60 dias, líquido da provisão de perdas;

3.3) - Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para as receitas e as despesas com assistência à saúde, pelo conhecimento das contas para reembolso.

3.4) - Permanente

Demonstrado ao custo histórico de aquisição líquido das depreciações.

3.5) - Provisões Técnicas

Foram constituídas para atender normativos da ANS e garantir operações de assistência à saúde

NOTA 04 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é formado pelo superávit de exercícios, de doações em bens ou dinheiro recebidos.

NOTA 05 EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico hospitalares do documento de informações periódicas — DIOPS do 4° trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE n° 01 de 01.11.2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei n° 9.656/1998, com cobertura médico hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998.

Eventos	Rede Contratada	Reembolso	Total
Consulta Médica	137.331,67	180.098,75	317.430,42
Exames	1.079.823,61	56.207,25	1.136.030,86
Terapias	137.567,71	63.549,94	201.117,65
Internações	771.619,48	96.987,97	868.607,45
Demais Despesas	2.931.775,95	310.226,41	3.242.002,36
Total	5.058.118.42	707,070,32	5.765.188.74

Nelson Osternack Postiglioni Diretor Presidente Solange Aparecida Mussilini Contador CRC-PR nº053.032/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Curadores e Associados da

Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e o do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Civil Pró Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

PARECER DO CONSELHO CURADOR

No exercício das atribuições estatutárias, os membros do Conselho Curador, gestão 2018/2019 da Associação Civil Pró-Saúde dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, examinaram em reunião extraordinária no dia 21 de janeiro de 2019 conforme ata nº 97, o balanço patrimonial, demonstração do superávit ou déficit do exercício e notas explicativas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, o que após o atendimento de todas as exigências legais, teve parecer favorável deste Conselho, sendo a referida prestação de contas APROVADA. Atesto que procedi os registros devidos no livro de atas às fls.042 e 042v, do livro nº 02.

Ponta Grossa (PR) 21 de janeiro de 2019.

VANDERSON ROMKO Presidente do Conselho Curador consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as
 demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de
 apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 18 de Janeiro de 2019.

ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC-PR nº 004.687/O-6

Vera Lucia Machado

Contador CRC-PR nº 025.266/O-9